

UM PASSO À FRENTE NA INFORMAÇÃO

AUTOCONTENÇÃO E DIÁLOGO NO STF



O ministro Luís Roberto Barroso foi empossado hoje no cargo de presidente do STF. Ele cumprirá mandato de dois anos. Em seu discurso, ele disse que a Corte deve ter ‘autocontenção e diálogo com os poderes e a sociedades’. Para Barroso, “numa democracia, não há poderes hegemônicos, garantindo a independência de cada um”, indicou o ministro, se dirigindo nominalmente a Lira e a Pacheco. “Conviveremos em harmonia, parceiros institucionais que somos para o bem do Brasil”, completou. Leia mais nesta edição.



BRASIL

Quinta-feira, 28 de setembro de 2023 - nº 854
Às 19 horas

NOSSO TIME

Diretor Geral: **José Nivaldo Junior**. Dir. de Redação: **Antônio Magalhães**.
Repórter Especial: **Hylda Cavalcanti**. Editor Regional NE: **Severino Lopes**
Dir. de Arte: **Ivan Rodrigues**.

UM EMPREENDIMENTO GLOBALZ CONSULTORIA

PREFEITOS ACHAM QUE VÃO PERDER COM REFORMA DOS IMPOSTOS

Na tentativa de fazer uma reforma tributária nenhum ente da Federação quer sair perdendo, seja ele a União, Estados ou municípios. Prefeitos estiveram hoje na audiência pública do Senado. Eles acham que, mesmo com a simplificação dos impostos, não ocorrerá redução no valor arrecadado pelos governos. Eles avaliam, no entanto, que o modelo de gestão compartilhada e as mudanças no local de tributação poderão levar a uma queda do dinheiro arrecadado pelas cidades. Leia mais nesta edição.

JANJA É LULA. LULA É JANJA

A primeira-dama Janja Lula da Silva esteve hoje no Rio Grande do Sul. Ao lado do ministro da Secom, Paulo Pimenta, ela vi-



sitou áreas afetadas novamente por um ciclone extratropical. O presidente Lula, que optou por viagens internacionais durante este período, não acompanhou a agenda por recomendação médica, já que se prepara para a cirurgia que fará no quadril amanhã. Hoje à tarde, Lula esteve na posse do novo presidente do STF.

SECA NO AMAZONAS

Cheia no Rio Grande do Sul e Seca em Manaus. A prefeitura da capital do Amazonas decretou hoje situação de emergência em razão da seca que atinge o Rio Negro. O decreto tem validade de 90 dias. Com isso, subiu para 17 o número de municípios amazonenses que decretaram situação de emergência por causa da estiagem que atinge o estado.

PASSADO INCERTO

No Brasil até o passado é incerto. O Ministério Público Federal (MPF) instaurou inquérito civil público para investigar a relação entre o Banco do Brasil e o tráfico de pessoas negras escravizadas no século XIX. Foram solicitadas informações à presidência da instituição financeira para que se manifeste em 20 dias sobre a posição do banco a respeito da relação com o tráfico de pessoas negras escravizadas. A escravidão no Brasil foi abolida em 1888.

FILHOS DE MICK JAGGER DESERDADOS

No que depender do Rolling Stone Mick Jagger, os seus filhos não devem receber a herança de US\$ 500 milhões, o equivalente a quase R\$ 2,5 bilhões, após o seu falecimento. Ele prefere que o seu dinheiro seja doado para instituições de caridade “para fazer algo de bom pelo mundo”, e que não vá para a sua família. “As crianças não precisam de US\$ 500 milhões para viver bem”, disse em tom de brincadeira.

Postado em www.opoder.com.br

POSSE NO STF

SAIBA OS COMPROMISSOS DE BARROSO PARA MANDATO NO STF



O ministro Luís Roberto Barroso assumiu hoje a presidência do Supremo Tribunal Federal pelos próximos dois anos. No seu discurso, ele falou sobre o Poder Judiciário, seu papel e circunstâncias - aproveitando para dar um recado para o Congresso. O ministro indicou que 'incluir uma matéria na Constituição é retirá-la da política e trazê-la para o Direito'. "Essa é a causa da judi-

cialização ampla da vida no Brasil, não se trata de ativismo, mas de desenho institucional. Nenhum Tribunal do mundo decide tantas questões”, ponderou.

SUPREMO SEMPRE CONTRARIA INTERESSES

Barroso disse ainda que ‘contrariar interesses e visões de mundo é algo inerente’ ao papel do Supremo. “Sempre estaremos expostos à críticas e à insatisfação. Por isso a virtude de um Tribunal jamais poderá ser medida em pesquisa de opinião”, frisou.

CORTE DEVE TER AUTOCONTENÇÃO

De outro lado, Barroso disse que a Corte deve ter ‘autocontenção e diálogo com os poderes e a sociedades’, o que o ministro pretende intensificar. “Numa democracia, não há poderes hegemônicos, garantindo a independência de cada um”, indicou o ministro, se dirigindo nominalmente a Lira e a Pacheco. “Conviveremos em harmonia, parceiros institucionais que somos para o bem do Brasil”, completou.

HÁ 10 ANOS COMO MINISTRO

Barroso tem 65 anos e está há dez anos no Supremo. Assumiu a cadeira do ministro aposentado Ayres Britto, após ser indicado à Corte máxima pela ex-presidente Dilma Rousseff.

Postado em www.opoder.com.br

REAÇÃO DO CONGRESSO

PEC PARA DERRUBAR DECISÕES DO STF



A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que permite ao Congresso derrubar decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) começou a tramitar na noite de ontem na Câmara, após o autor, deputado Domingos Sávio (PL-MG), conseguir 175 assinaturas em apoio ao texto. Era necessário o aval de pelo menos 171 parlamentares para que o texto fosse protocolado no sistema da Casa.

É COMPETÊNCIA DO LEGISLATIVO

A proposta estabelece a competência do

Legislativo para anular decisão do STF transitada em julgado (sem mais possibilidade de se recorrer) que, nas palavras do autor, “extrapole os limites constitucionais”.

TRÂMITE

Para isso, seria necessária a apresentação de um requerimento com apoio de um terço dos membros tanto da Câmara, quanto do Senado. Depois disso, o pedido para reverter a decisão da Corte teria de ser aprovado por três quintos das duas Casas.

“SUPREMO DESRESPEITA A CONSTITUIÇÃO”

“O STF, que é, sem dúvida, o guardião da Constituição brasileira, tem agido, no nosso entendimento, em desrespeito à Constituição, em desrespeito a essa Casa, não só legislando o que não é competência dele, mas, muitas das vezes, rasgando a Constituição. Já há aqueles que dizem que no Brasil, não há mais Constituição, há 11 constituições ambulantes”, disse Sávio, em referência ao número de ministros da Corte.

REFORMA TRIBUTÁRIA

MUNICÍPIOS NÃO QUEREM PERDER



Prefeitos e representantes de entidades municipalistas pediram hoje que o Senado inclua dispositivos na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma tributária para impedir que prefeituras tenham perda de arrecadação com a futura unificação de impostos

DISCUSSÃO NO SENADO

As declarações ocorreram durante uma sessão convocada pela Casa para ouvir os pleitos dos municípios na reforma, que já foi aprovada pela Câmara e deverá ser vota-

da ainda este mês na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. O texto aprovado pelos deputados estabelece uma simplificação de tributos federais, estaduais e municipais. Cinco tributos serão substituídos por dois Impostos sobre Valor Agregado (IVAs) - um gerenciado pela União, e outro com gestão compartilhada entre estados e municípios:

AS MUDANÇAS

Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS): com gestão federal, vai unificar IPI, PIS e Cofins; Imposto sobre Bens e Serviços (IBS): com gestão compartilhada estados e municípios, unificará ICMS (estadual) e ISS (municipal). A PEC prevê que os tributos serão cobrados no "destino" e não mais na "origem". Isso significa que ocorrerá no local em que os produtos são consumidos.

QUEDA DE ARRECADAÇÃO

O texto também diz que, mesmo com a simplificação, não poderá haver redução na alíquota geral tributária - ou seja, não ocorrerá redução no valor arrecadado pelos governos. Prefeitos avaliam, no entan-

to, que o modelo de gestão compartilhada e as mudanças no local de tributação poderão levar a uma queda do dinheiro arrecadado pelas cidades.

Postado em www.opoder.com.br

QUATRO DIAS DE TRABALHO



DAY WEEK GLOBAL

Cerca de 20 empresas brasileiras aderiram ao projeto-piloto da semana de quatro dias, que busca mais bem-estar aos colaboradores sem diminuir as metas de produtividade. A iniciativa começou neste mês no país e seguirá até dezembro sob a fase de planejamento, período em que as companhias vão decidir o formato em que o programa será ofertado.

ONG ESTRANGEIRA COLABORA

A iniciativa começou em 2019, na Nova Zelândia, e já se espalhou por vários países da Europa, da África e das Américas sob a gestão do movimento 4-Day Week Global, uma comunidade sem fins lucrativos que conta com apoio da Reconnect Ha-

business at Work para realização do experimento no Brasil.

500 EMPRESAS NO MUNDO

Atualmente quase 500 companhias pelo mundo já estão testando a modalidade de jornada em que o profissional continua recebendo 100% do salário, mas trabalha 80% do tempo e, em troca, se compromete a manter 100% de produtividade. É por isso que o modelo ficou conhecido como 100-80-100.

REQUISITOS DO PROJETO

Até janeiro, quando o projeto será colocado em prática, as empresas participantes terão de:

- 1. escolher se vão implantá-lo parcialmente ou em todos os departamentos;*
- 2. optar por qual dia da semana será criada a folga;*
- 3. Fazer a comunicação aos clientes e outras partes importantes sobre o processo;*
- 4. garantir participação nas pesquisas quantitativas e qualitativas feitas por universidades parceiras.*

ROMBO NAS CONTAS DO GOVERNO

As contas do governo registraram um rombo em agosto. A diferença entre as receitas e as despesas (sem contar os juros da dívida) ficou negativa em R\$ 26,350 bilhões. O resultado sucedeu o déficit de R\$ 35,933 bilhões em julho. O saldo – que reúne as contas do Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central – é o quarto pior da série histórica para o mês. Em 2020, o recorde negativo foi de R\$ 119,844 bilhões no mês, corrigido pela inflação.

ACUMULADO DO ANO

Nos oito primeiros meses do ano, as contas do governo acumulam um rombo de R\$ 104,590 bilhões – o quarto pior da série histórica em termos reais (descontada a inflação). Em agosto, as receitas tiveram queda real de 9,1% em relação a igual mês do ano passado. No acumulado do ano, houve baixa de 5,8%.

DESENROLA PARA BAIXAR JUROS

O projeto de lei do programa Desenrola – que substituiu a MP no Congresso – apro-

vou também um teto de 100% para juros rotativos de cartão de crédito ao longo de um ano. O rotativo é a modalidade em que o cliente não paga o valor total da fatura em dia e a transfere para o mês seguinte, com parcelamento automático da dívida. Atualmente, a taxa média anual de juros é de 439,24%.

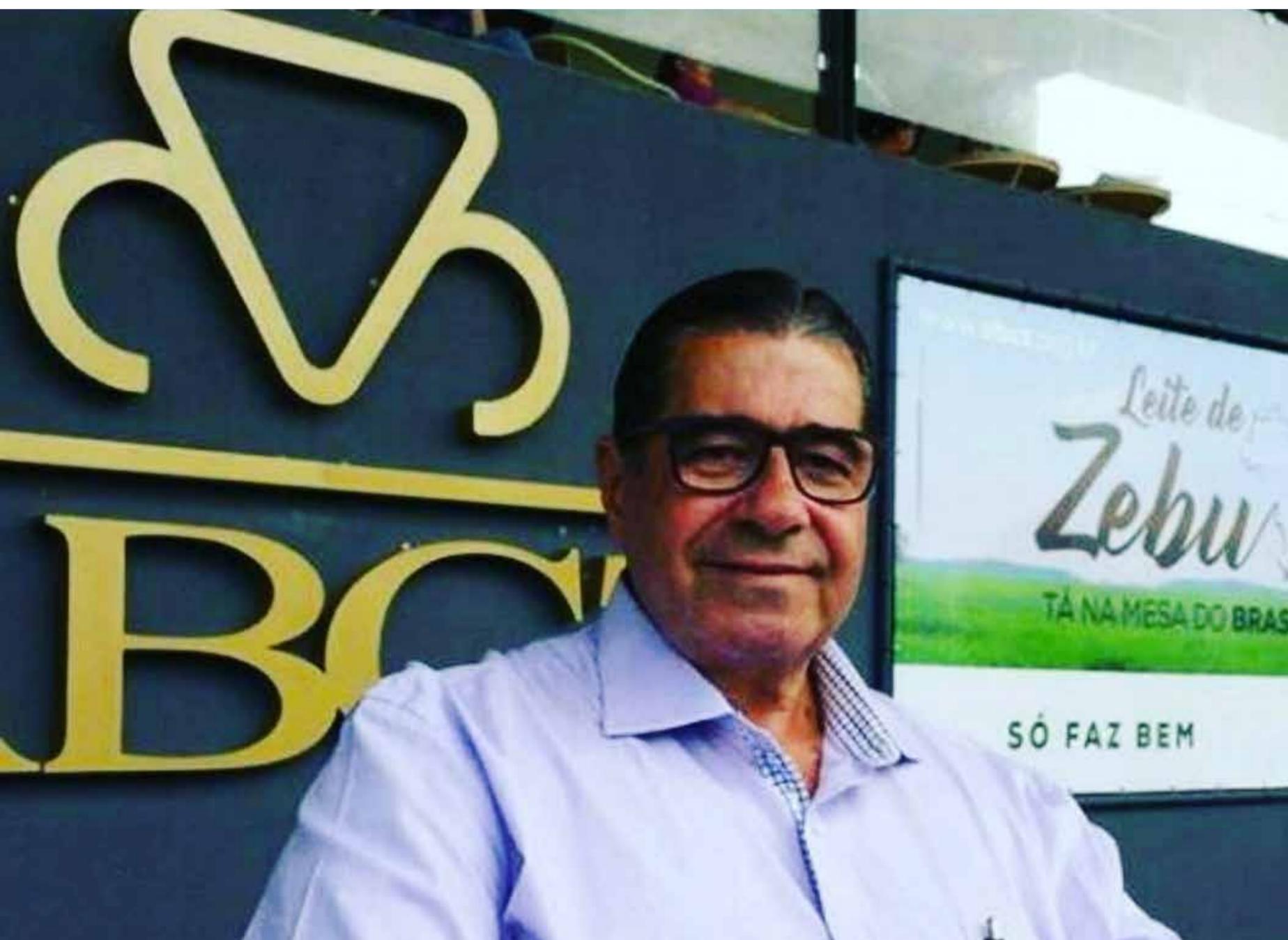


CANETADA NÃO VALE NADA

Esse negócio de estabelecer juros bancários por uma canetada nunca dá certo. Uma disposição transitória da Constituição de 1988 determinava que os bancos só poderiam cobrar anualmente juros de 12% sobre empréstimos. Nunca essa matéria foi regulamentada e não se ouviu falar mais dela. Portanto, a caneta oficial pode escrever outras coisas, mas não dá para estabelecer patamar de juros.

Postado em www.opoder.com.br

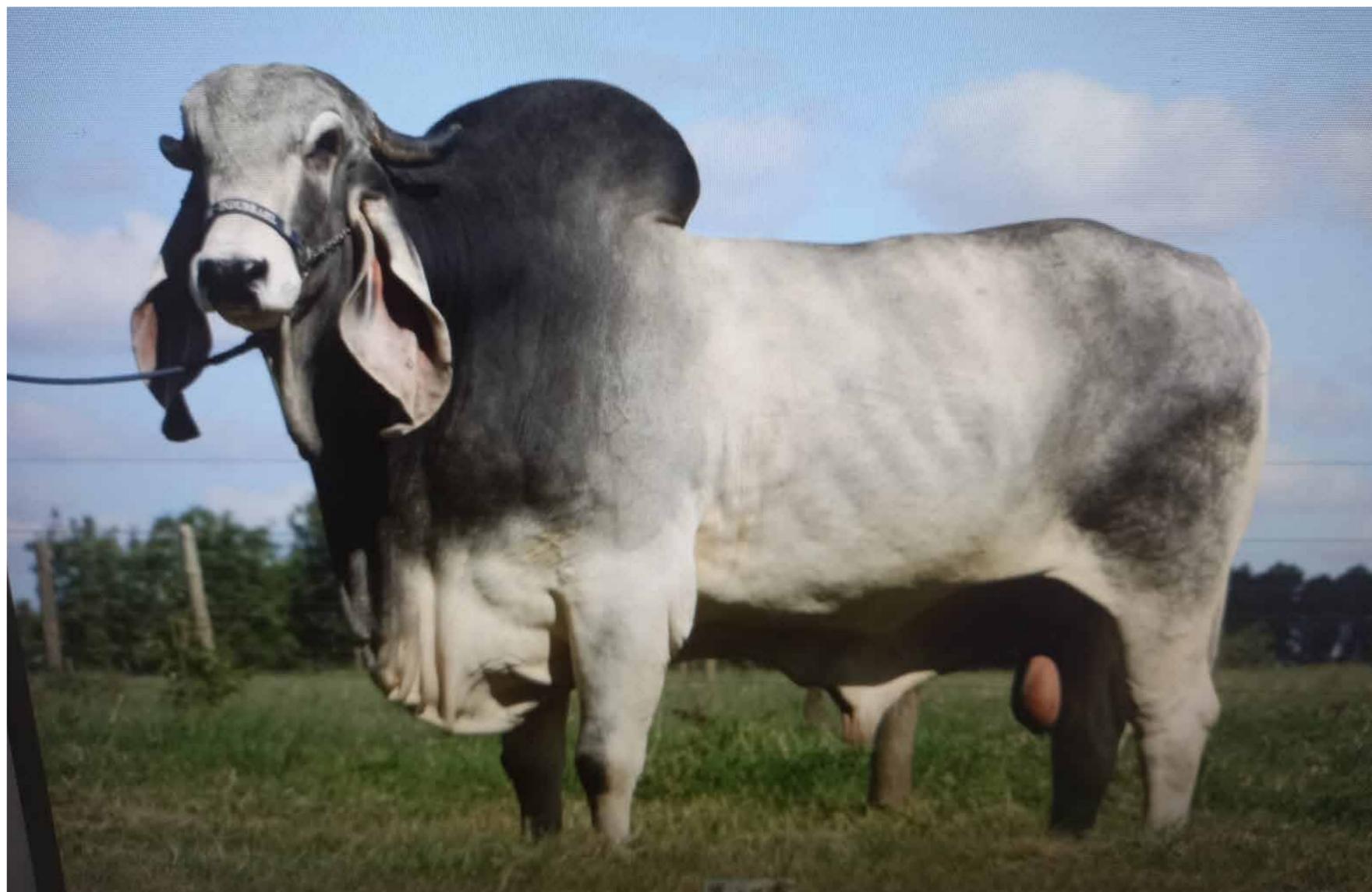
UM NOVO INDUBRASIL ESTÁ EM CAMPO



O Indubrasil é uma raça brasileira. Passou por um período de dificuldades, mas está voltando com força. Roberto Fontes Goes, ex-Deputado Estadual em Sergipe por dois mandatos; ex-prefeito de Riachão dos Dantas; ex-secretário de Estado da Agricultura de Sergipe. Atualmente é presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Indubrasil. Com sede em Uberaba - MG.

ENTREVISTA

Ele responde com exclusividade às nossas indagações.



O PODER - *Qual a sua avaliação da Raça Indubrasil, hoje?*

ROBERTO GOES - A raça passou por um processo de evolução enorme. Alguns fatores colaboraram para o crescimento da raça em qualidade: forte pressão de seleção, busca por animais mais produtivos, mais precoces e mais funcionais. Podemos dizer que é um novo Indubrasil.

O PODER - *Para os leitores que não conhecem, faça um breve resumo da história dessa raça brasileira.*

ROBERTO GOES - Formada no Brasil, pelo cruzamento do Guzerá, do Nelore e do Gir, a raça zebuína criada com o objetivo de reunir as vantagens das raças de origem em uma raça apenas. Tem as características da dupla aptidão, rusticidade, docilidade, carcaça de excelente qualidade e ótimo desenvolvimento. Ainda, para o Nordeste, uma outra característica importante é sua capacidade de enfrentar desafios climáticos e rápida recuperação após um período de pouca alimentação.



O PODER - *Quais os Estados que concentram os mais qualificados critérios?*

ROBERTO GOES - Sergipe, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Ceará, Bahia são os estados com maior rebanho registrado.

Porém o Indubrasil está em todos as regiões do país, mesmo sem o registro, contribuindo nos cruzamentos para corte e para leite.

O PODER - *Quais os diferenciais positivos do Indubrasil de hoje?*

ROBERTO GOES - A raça é muito forte nos cruzamentos. Eleva o desempenho do rebanho no ganho em peso, na docilidade e na habilidade materna.

O PODER - *O que gostaria de acrescentar?*

ROBERTO GOES - Convidar os pecuaristas nordestinos a conhecerem esta nova fase do Indubrasil, que já foi tão forte em todo o Nordeste. E agradecer aos amigos da UNA, na pessoa do seu presidente José Orlando pelo convite em estar retornando a Pernambuco.

Postado em www.opoder.com.br

CASO MIGUEL

FAMÍLIA DO MENINO PODE RECEBER R\$ 2 MILHÕES



O Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT6) condenou o ex-prefeito de Tamarandé Sergio Hacker Corte Real (PSB) e a esposa dele, Sarí Mariana Costa Gaspar Corte Real, a indenizar em R\$ 2,01 milhões a família do menino Miguel, que morreu ao cair do 9º andar do prédio de luxo onde o casal morava, no Centro do Recife. A defesa do casal informou que vai recorrer da nova sentença.

SARI CONDENADA PELA MORTE DE MIGUEL

Em outro processo, no âmbito criminal, Sarí, que estava responsável pelo menino quando ele caiu do prédio, foi condenada a oito anos e seis meses de prisão por abandono de incapaz que resultou em morte. Ela, no entanto, responde em liberdade até o processo tramitar em julgado, quando não houver mais possibilidade de recurso. Recentemente, ela foi aprovada no curso de medicina.

PREFEITURA PAGAVA DOMÉSTICAS

A decisão da Justiça do Trabalho foi tomada em 6 de setembro e determina que o valor seja repassado a Mirtes Renata Santana, mãe de Miguel, e Marta Maria, avó do garoto, por danos morais. Ambas trabalhavam na casa da família Corte Real, mas eram pagas com dinheiro da prefeitura.

LEI PROÍBE AGORA CRIANÇA SÓ NO ELEVADOR

O crime e o desfecho trágico fizeram com que o Legislativo de Pernambuco aprovasse a Lei Miguel, que proíbe que crianças

até 12 anos de idade utilizem elevador desacompanhadas de adultos.

Postado em www.opoder.com.br

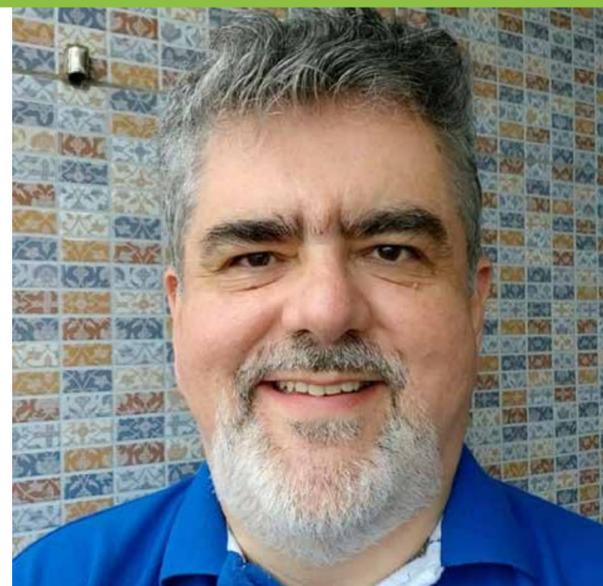
DIVERSIDADE RELIGIOSA

C O L U N A S E M A N A L

A DIVERSIDADE RELIGIOSA É...

Carlos André Cavalcanti

Historiador da UFPB e pós-doutor em Ciências da Religião



Décadas de ação cidadã pelo Diálogo Inter-religioso e pela Diversidade Religiosa, me autorizam debater e ajustar o conceito. A noção de Diversidade Religiosa tem sido usada de forma equivocada até mesmo por setores do serviço público nos três níveis da administração pública! O racismo religioso, por exemplo, que atinge com crueldade as religiões de matriz africana e afro-brasileira, é componente indispensável da Diversidade, mas não dá conta do conceito como um todo.

“DEMOGRAFISMO”

O principal equívoco, porém, é pensar que

Diversidade Religiosa é apenas um conceito demográfico que diz da existência de muitas religiões no Brasil... Contudo, o conceito é, na verdade, parte dos Direitos Humanos de última geração. Ele abarca em si as noções de racismo religioso e Laicidade. Na Laicidade do Estado está a obrigação deste não ter religião e de defender o direito do cidadão escolher qualquer religião que prefira!

O PROBLEMA

É importante e indispensável fazer ajustes no debate público porque as políticas públicas estão perdendo o foco em algumas situações. Por exemplo: os setores públicos dedicados ao combate à Intolerância Religiosa precisam se atentar melhor da existência da intolerância entre cristãos, que se mostra muitas vezes violenta e discricionária, mesmo que não tenha aspecto de racismo. Outra: a escola também precisa instituir-se como campo de Laicidade e de Diversidade. Estes avanços só são possíveis compreendendo-se do que se trata com precisão!

REDE DA DIVERSIDADE

Anos atrás, participei da fundação da Rede Nacional da Diversidade Religiosa (RENADIR) como uma ação civil no sentido de fazer prosperar a Cultura de Paz da Diversidade. A sociedade civil tem tentado ações assim, mas a principal rede que precisamos ter e que está prevista no Plano Nacional de Direitos Humanos 3 é estatal: trata-se da formação de comitês estaduais. Os Comitês Estaduais da Diversidade Religiosa permitiriam amadurecer o conhecimento e a compreensão deste conceito! Precisamos articular nova campanha nacional pelos comitês.

Postado em www.opoder.com.br

PARA COMPARTILHAR MATÉRIAS, ACESSE

www.jornalopoder.com.br - NOTÍCIAS



A BOA INFORMAÇÃO NÃO TEM PREÇO

ACESSE E ASSINE GRÁTIS

www.jornalopoder.com.br

**19H
NO SEU
CELULAR**

Sugestões de pauta:

redacaopoder@gmail.com

Anuncie:

comercialopoder@gmail.com

Filiado à

